

# Após perder bebê doente terminal, mãe luta por legalização parcial do aborto no Chile

The New York Times

Pascale Bonnefoy

Em Santiago (Chile) 19/08/2017 | 00h01



Ouvir texto



Imprimir



Comunicar erro

TOMAS MUNITA/NYT



Karen Espíndola entrando no Tribunal Constitucional, em Santiago, no Chile

Karen Espíndola tinha 22 anos e estava grávida de 12 semanas quando um médico lhe disse que seu bebê estava fadado a morrer. Ele sofria de uma má-formação que impede o desenvolvimento normal do cérebro.

Ele não sobreviveria por muito tempo, se é que sobreviveria.

O tenso debate sobre a proibição do aborto no Chile, que pode ser descriminalizado em parte na sexta-feira (18), não era uma das preocupações de Espíndola naquele dia de agosto de 2008. Embora ela tivesse acabado de terminar com seu namorado, que se recusava a reconhecer a paternidade, ela havia decidido se virar como mãe solteira. Ela tinha um emprego estável em uma seguradora, seus pais a apoiavam e ela começou a sonhar com seu futuro filho, e com o que eles fariam juntos.

Depois de pesquisar na internet sobre sua condição, holoprosencefalia ou HPE, Espíndola pediu ao seu médico que fizesse um aborto. Era uma decisão dolorosa, mas ela concluiu que não havia nada que a ciência ou Deus pudessem fazer. Para quê passar por arriscados nove meses só para no final a criança sofrer e morrer?

ROBERTO CANDIA/NYT

O médico disse que não era possível.

Espíndola, hoje uma estudante de psicologia de 31 anos, sabia que o



**Karen Espíndola com a foto do seu filho Osvaldo, que morreu em 2011**

aborto era ilegal no Chile, mas presumiu que seria permitido sob circunstâncias urgentes. Espíndola imaginou seu filho com as graves má-formações faciais típicas da HPE, ou dando à luz um natimorto. Ela teve dificuldades para dormir e comer, e perdeu 12 kg. Ela parou de trabalhar e se afastou do mundo.

"Meu corpo estava se preparando para a vida, mas minha cabeça estava se preparando para a morte", ela disse.

Na sexta-feira (18), o Tribunal Constitucional do Chile deve decidir se permite que uma lei aprovada este mês, que permite o aborto em casos restritos, com o de Espíndola, entre em vigor. Dessa forma, ele reinstauraria um direito estabelecido em 1931 e

abolido em 1989, quando a ditadura de 17 anos do general Augusto Pinochet estava chegando ao fim.

A legalização parcial do aborto no Chile seria uma vitória para a presidente Michelle Bachelet, que defendeu a legislação, e um divisor de águas para os direitos reprodutivos em um dos únicos quatro países latino-americanos que proíbem o aborto sob quaisquer circunstâncias.

Na semana passada, Espíndola entregou uma carta aos oito homens e duas mulheres do tribunal. "Não somente as mulheres são forçadas a serem mães, como também somos forçadas a suportar a morte de uma criança! Existe algo mais doloroso do que isso para um pai?", ela escreveu. "Hoje, vocês têm a chance de evitar mais histórias como a minha. Poderiam ser suas filhas, sobrinhas ou netas".

TOMAS MUNITA/NYT



**Ativistas pró-aborto do lado de fora do Tribunal, em Santiago, no Chile**

O tribunal está ouvindo argumentos de cerca de 135 partes interessadas e das duas principais facções em divergência sobre a questão: o governo e a oposição de direita.

Qualquer participante de um aborto no Chile pode ser condenado a até 15 anos de prisão. De 2010 a 2014, houve 73 condenações relacionadas a abortos. Dessas, 12 são de homens que cumprem sentenças de prisão. Nos últimos anos, os juízes

tenderam a determinar terapia para as mulheres em vez de prisão. Parlamentares conservadores defendem penas mais duras e introduziram uma legislação para construir monumentos em homenagem às "vítimas inocentes do aborto".

Legisladores introduziram mais de uma dezena de projetos de lei que permitem o aborto em casos restritos desde 1991; todos foram arquivados.

"Existe muito conservadorismo em posições de poder, e a Igreja Católica ainda tem muito poder", disse Karla Rubilar, um dos poucos membros de direita do Congresso que apoia o aborto em casos específicos. "Isso impediu qualquer tipo de progresso".

No dia 2 de agosto, em uma votação altamente controversa, o Congresso aprovou uma lei que permite o aborto quando a vida da mulher se encontra em risco, o feto não é viável ou quando a gravidez resulta de um estupro. A coalizão de direita "Chile Vamos" pediu ao Tribunal Constitucional do país que derrube a lei, argumentando que ela viola a garantia constitucional de "proteção do nascituro".

A senadora Jacqueline Van Rysselbergue, presidente do partido de extrema-direita UDI, disse que "se esse projeto for aprovado, o direito à vida se torna relativo a partir de agora. O que está dentro do útero de uma mulher é um ser humano vivo que tem o direito à vida".

A proibição tornou o aborto no Chile clandestino e inseguro. No ano passado, houve mais de 30 mil altas em hospitais relacionadas a abortos, de acordo com estatísticas do Ministério da Saúde. A organização de defesa dos direitos reprodutivos Miles estima que entre 60 mil e 70 mil abortos clandestinos sejam realizados todo ano.

Um dos métodos mais comuns é o Misoprostol, um comprimido para tratamento de úlcera. Existe um próspero mercado negro para o medicamento, que também pode ser comprado pela internet de organizações estrangeiras, como o grupo holandês Women on Waves (WoW). Em 2009, a organização ajudou a criar uma hotline no Chile para ajudar as mulheres a usarem o Misoprostol de forma correta.

"É muito cinismo. Todo mundo sabe que você consegue comprar com cartão de crédito, todo mundo sabe que existe um mercado negro, e as equipes médicas raramente denunciam abortos ilegais hoje em dia", disse Claudia Dides, diretora da Miles. "É uma vergonha que em 25 anos, sob governos democráticos, não tenhamos conseguido restaurar um direito que as mulheres tinham até mesmo durante a ditadura".

Espíndola escreveu cartas para a imprensa, para o Ministério da Saúde e para Bachelet, na época em seu primeiro mandato como presidente. Ela recebeu promessas de um atendimento médico e psicológico especializado e personalizado.

"Se o Estado estava me obrigando a dar à luz um bebê que ia morrer, então ele tinha de assumir a responsabilidade por seus custos e consequências", ela disse. "Mas nada disso aconteceu. Um neurologista do hospital público disse para eu não me dar ao trabalho de cuidar tanto do meu filho, porque ele morreria em breve, de qualquer forma".

TOMAS MUNITA/NYT



**Camila Vallejo, uma política, durante julgamento no Tribunal Constitucional em Santiago**

Enquanto ela lidava com sua própria luta, tinha início sua vida como uma ativista dos direitos reprodutivos. Ela escreveu artigos para jornais, testemunhou perante comitês parlamentares e fóruns públicos, e se tornou uma referência para outras mulheres que sofriam dificuldades parecidas.

Houve quem elogiasse sua coragem, enquanto outros a acusavam de querer matar seu bebê. Grupos anti-aborto ofereceram ajuda, esperando transformá-la no ícone das mães que geram até o fim fetos com graves problemas de saúde. Um dia ela recebeu um telefonema de alguém oferecendo serviços funerários, mesmo antes de ela ter dado à luz.

Seu filho Osvaldo nasceu no dia 13 de fevereiro de 2009, com HPE, microcefalia, quadriplegia espástica, epilepsia, hipotireoidismo, laringomalácia, insuficiência renal e refluxo severo, tendo que ir e voltar do hospital por dois anos. Osvaldo tinha dificuldades para dormir, respirar e engolir, e precisava ser alimentado por cateter. Ele vomitava, tinha convulsões frequentes e tomava 15 medicamentos por dia.

Ele era cronicamente desnutrido, mas os médicos sempre o empurravam para o fim da lista de espera de cirurgias porque sabiam que ele inevitavelmente iria morrer. Ele chorava constantemente, provavelmente por dor e incômodo, disse Espíndola. Ela não recebeu nenhuma ajuda do governo. Grupos anti-aborto lhe enviaram um pouco de dinheiro e algumas roupas de bebê usadas—de menina.

"Fui tomada por um sentimento de impotência e raiva. Por que me impuseram essa crueldade? Por que fazer meu bebê sofrer? Para quê? Aquele sentimento começou a me deixar doente", ela lembra.

Após várias licenças não remuneradas, Espíndola deixou seu emprego. Seus amigos organizavam bingos e arrecadavam fundos para o tratamento de Osvaldo. No processo, ela acabou se aproximando de um amigo de colégio, que se tornou seu pilar de apoio, além de um pai para Osvaldo. Eles se casaram em 2013 e têm dois meninos gêmeos de 2 anos.

O estipêndio do governo que ela solicitou para ajudar a pagar as despesas chegou quatro dias antes de seu filho morrer em agosto de 2011, e foi cancelado imediatamente depois que ele morreu. Não foi suficiente nem para pagar o caixão.

Após a morte de Osvaldo, Espíndola chegou ao fundo do poço. Ela tentou cometer suicídio poucas semanas depois, enquanto tomava medicamentos pesados para ataques de pânico e depressão. Ela tentou mais duas vezes, e foi internada em hospitais psiquiátricos cinco vezes.

Conta UOL

Redes Sociais

Durante toda a gravidez, ela costumava rezar, pedindo para que a dor e o sofrimento de seu bebê fossem transferidos para ela. "Eu perguntava, por que Deus está me castigando assim? O que fiz para merecer isso?", ela disse. Isso e os ataques imprevistos de fundamentalistas religiosos destruíram sua fé.

"Minha juventude, minha vida, minhas esperanças, tudo foi despedaçado", disse Espíndola. "Eles me chamavam de assassina, mas ninguém amou Osvaldo mais do que eu. Fui obrigada a assistir meu bebê morrer. Não foi nada, menos do que uma tortura patrocinada pelo Estado".

Tradutor: UOL

## Veja também



**Aborto espontâneo: Mulher cria Instagram empoderador onde discute o tema**



**Congresso chileno aprova lei que descriminaliza aborto terapêutico**



Patrocinado

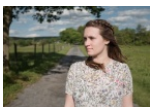
*A nova geração do Volvo XC60 chega ao mercado brasileiro a partir de setembro*



**Feministas vão à OEA contra projetos antiaborto no Brasil**



**Projeto de lei quer mostrar imagens de fetos a vítimas de estupro**



**Grávida aos 18 anos, ela foi aplaudida por inimigos do aborto e punida por uma escola cristã**